

UM OLHAR PARA A MEMÓRIA E A HISTÓRIA DA LÍNGUA MATERNA INDÍGENA GUARANI: UM ATO DE RESISTÊNCIA

UNA MIRADA A LA MEMORIA Y LA HISTORIA DEL LENGUAJE MADRE INDÍGENA GUARANI: UN ACTO DE RESISTENCIA

Bruna Maria Trento
Rhuan Guilherme Tardo Ribeiro¹

Resumo

O presente trabalho tem como intuito fortalecer a importância do contínuo uso da Língua Materna entre indígenas, é válido destacar que suas línguas são eternas memórias, e carregam vivências, histórias, culturas e hábitos que jamais poderão ser esquecidos. Ademais, as línguas indígenas carregam consigo inúmeras recordações de suas trajetórias, bem como se caracterizam como resistência ante todo o sofrimento vivenciado por esses povos, como por exemplo, a tentativa de aniquilação de suas existências, por parte dos invasores. Nesse sentido, recordamos que a imposição da Língua Portuguesa devido ao processo de colonização se constitui uma tentativa de extinguir as diversas línguas de povos nativos existentes, com o propósito de sobressair a cultura portuguesa considerada por eles como a única possível. Diante disso, o ensino da Língua Materna nas escolas indígenas deve ser mantido não apenas por ser um direito garantido, mas como forma de fortalecer as culturas dos povos originários, trazendo à tona todas as memórias e recordações dos tempos vividos por seus antepassados.

Palavras-chave: Memória; Povos indígenas; Língua Materna.

Resumen

El presente trabajo tiene como objetivo fortalecer la importancia del uso continuo de la Lengua Materna entre los pueblos indígenas, cabe señalar que sus lenguas son memorias eternas, y portan vivencias, historias, culturas y hábitos que nunca se pueden olvidar. Además, las lenguas indígenas llevan consigo innumerables recuerdos de sus trayectorias, además de caracterizarse como resistencia a todo el sufrimiento vivido por estos pueblos, como el intento de los invasores de aniquilar su existencia. En este sentido, recordamos que la imposición de la lengua portuguesa debido al proceso de colonización constituye un intento de extinguir las diferentes lenguas de los pueblos originarios existentes, con el propósito de resaltar la cultura portuguesa considerada por ellos como la única posible. Por ello, la enseñanza de la Lengua Materna en las escuelas indígenas debe mantenerse no solo porque es un derecho garantizado, sino como una forma de fortalecer las culturas de los pueblos originarios, sacando a la luz todos los recuerdos y memorias de la época vivida por sus antepasados.

Palabras clave: Memoria; Gente Indígena; Lengua materna.

¹ Doutor em Educação para Ciências e a Matemática pela Universidade Estadual de Maringá (PCM-UEM)

Introdução

Ao longo de todo o processo de colonização, inúmeros povos indígenas foram dizimados e escravizados. No intuito de expandir território, de propagar e impor a sua fé, a sua cultura e a sua linguagem, os invasores colonizadores europeus acabaram por causar o extermínio de inúmeros grupos nativos e suas linguagens, implicando que, atualmente, muitos dos povos remanescentes já não conseguem se comunicar em sua própria Língua Materna.

Dito isso, apontamos que este estudo intenciona relacionar fatos e dados históricos que comprovam que as línguas maternas indígenas ao longo dos anos estão lutando para não entrar no esquecimento por alguns fatores como a imposição sociocultural de culturas opressoras, sobretudo pela imposição da Língua Portuguesa como a única língua a ser falada e muito mais valorizada no âmbito nacional. Na contramão desse fato, evidenciamos que a língua guarani, utilizada como referência para esse trabalho, traz consigo inúmeras vivências e recordações que jamais poderão ser esquecidas. Logo, destacamos que alguns dos registros da época da colonização que estão escritos em Língua Materna devem ser preservados e, para que isso aconteça, é necessário que a linguagem também o seja.

Para realizar este texto, baseamo-nos em leis como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI) e dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para apontar a necessidade e importância da Língua Materna aos indígenas, neste caso, a Língua Guarani. Para dialogar com as discussões, valemo-nos de autores como Rodrigues (2003) e Garcia (2007), além de teóricos indígenas que defendem o assunto como Olívio Jekupé (2010) e Daniel Munduruku (2000). Assim, primeiramente discutiremos a questão da colonização e da imposição linguística e, posteriormente, apontaremos aspectos que evidenciem a valorização da Língua Materna indígena.

Imposição linguística colonizadora

Ao longo do século XVI, durante a invasão portuguesa no Brasil encontravam-se aqui distintos povos indígenas com diferentes culturas, histórias e linguagens. Esses povos eram diversos quanto ao seu fenótipo, pinturas corporais e a língua a qual falavam. A cargo da imposição linguística e da visão superior dos colonizadores, nesse processo histórico foram utilizados diferentes termos pejorativos para se referir a estes povos, que atualmente são denominados como *indígenas*, *povos originários*, *nativos* ou *reconhecidos pelo nome do seu*

grupo étnico, muito embora esses nomes carreguem inúmeras memórias do sofrimento vivido por cada qual. Além disso, ao longo dos tempos foram se perdendo inúmeros quesitos culturais, bem como sua linguagem, essa que é marca registrada de cada grupo singular indígena.

Destacamos que no momento da chegada dos colonizadores portugueses ao Brasil, segundo Rodrigues (2003), havia aqui cerca de 700 línguas indígenas, que possivelmente seriam o mesmo número de etnias distintas. Por conta da tentativa de extinção dos povos, reduziu-se drasticamente este número! Hoje, segundo dados do último censo do IBGE em 2010, no país encontram-se 305 povos indígenas e apenas 274 línguas distintas, que também se encontram em situação de risco de extinção, como afirma Maher (2010). Entende-se então que essa linguagem é a base da memória que fortalece a identidade indígena.

Outro dos fatores que causaram a extinção de inúmeras línguas e povos indígenas foram as tragédias que ocorriam na época da colonização, como por exemplo, o suicídio de indígenas que não se sujeitavam a servir de escravos aos colonizadores, que se perpetua até as datas atuais, sendo silenciado muitas vezes pelas dores indígenas. Além disso, outros inúmeros nativos acabaram morrendo pelo contágio de doenças trazidas pelos europeus, como gripe, sarampo, varíola e sífilis. Por sua vez, outros foram utilizados como mão de obra descartável, até serem levados à morte, taxados como velhos, incapazes e preguiçosos, sendo “dispensados” da pior forma possível. Em decorrência destes fatos, boa parte da população indígena acabou sendo dizimada historicamente.

Mesmo após a proibição oficial da escravidão no Brasil, em 1888, os invasores-colonizadores tentaram catequizar os indígenas, forçando-os a deixar sua cultura e linguagem, com a alegação de que seus modos de ser, pensar e suas crenças não eram dignas aos olhos da corte europeia. Sobre isso, Silviano Santiago (2000, p. 16) afirma que:

Pela mesma moeda, os índios perdem sua língua e seu sistema do sagrado e recebem em troca o substituto europeu. Evitar o bilinguismo significa evitar o pluralismo religioso e significa também impor o poder colonialista. Na álgebra do conquistador, a unidade é a única medida que conta. Um só Deus, um só rei, uma só língua.

Diante desta trajetória, os povos que não tinham origem europeia eram chamados e considerados inferiores. Suas culturas e línguas também eram menosprezadas, sob a perspectiva de que a existência de línguas implicaria no advento de várias crenças e religiões. Assim sendo, a imposição linguística, no caso a portuguesa, e a proibição das crenças ancestrais foram

algumas das estratégias que os invasores utilizaram para a dominação. Nesse sentido, assevera Garcia (2007, p. 26): “A tentativa de impor aos índios a Língua Portuguesa tinha como objetivo formar um contingente populacional suficiente para habitar as suas fronteiras, garantindo, assim, a permanência dos seus domínios”. Ou seja, lugar onde os colonizadores dominariam.

A título de exemplo, apontamos que a cultura indígena guarani, utilizada como referência por este estudo, segue a tradição de contar com vários deuses, como o Deus da água, da terra, dos animais, do fogo, etc. Assim, ainda que sua cultura se mantivesse viva ao longo dos séculos, um fato é que os ancestrais desse povo foram catequizados e forçados a crer em um só Deus e, conseqüentemente, uma só religião que obedecesse a apenas um rei, o que poderia causar a aniquilação de sua cultura. Porém, mesmo com toda a impunidade existente, não conseguiram catequizar a todos e restaram algumas etnias para agraciar o país com sua cultura.

Diferente de países como México e Guatemala, onde a cultura predominante é a indígena, ou até mesmo no norte do Brasil, devido ao grande número de habitantes indígenas, no Brasil foram poucos povos indígenas que restaram, levando em consideram os altos números de povos que aqui viviam na chagadas dos europeus, já que quanto mais eles tentassem resistir à cultura imposta pelo invasor, menos sobreviveriam. Atualmente, aos olhos da grande maioria da população brasileira, os indígenas continuam “invisíveis” e à mercê das influências dos “juruá”, povos não indígenas, que continuam ao longo dos anos a tratá-los como inferiores, selvagens e sem cultura.

Hoje, o advento e a propagação da tecnologia facilitam a sobrevivência linguística indígena e o fortalecimento de tradições socioculturais de muitos povos indígenas. Isso implica no aproveitamento dessa tecnologia que avança para resistir e lutar pela preservação da herança cultural indígena e sua linguagem. Muitos desses povos permanecem vivos e suas memórias cada vez mais lúcidas, ainda que historicamente esses povos nativos tenham sido forçados a não externalizar suas manifestações culturais, sociais, históricas e identitárias.

Lembramos ainda que, por questões estratégicas, políticas e de sobrevivência, aprender a Língua Portuguesa se faz necessário aos povos originários por questões de comércio, saúde, trabalho e educação. Isso não significa dizer que eles deixarão de lado a sua cultura, apenas que sobreviverão para continuar mantendo a chama cultural acesa. Persistir na permanência da Língua Materna é um ato político de resistência e deve ser preservado, pois ela chegou primeiro,

antes dos rituais ou de qualquer influência não indígena, quando cada povo se comunicava com a sua linguagem, essa que está carregada de memórias e vivências socioculturais.

Fortalecimento da Língua Materna

A trajetória contada pelos indígenas da chegada dos portugueses ao Brasil é um tanto quanto adversa a que está registrada nos livros didáticos, fato que se deve a uma tentativa de apagamento de sua memória e história que tem como base comprobatória e científica os primeiros escritos enviados pelos escrivães a Portugal. Este fato significativo deve-se as questões de domínio e exploração do território que ocasionou a opressão acerca da língua indígena, onde a única solução foi seguir repassando entre gerações as legítimas histórias, o que se tornou um movimento cultural de extrema importância dentre as comunidades.

Toda essa covardia e tentativa de apagamento das Línguas Indígenas teve início com a institucionalização da Língua Portuguesa por meio da catequização dos povos originários em uma falsa tentativa de “enraizar” a herança cultural indígena, sendo que na verdade somente foi uma maneira de impor domínio português nas terras invadidas, o que mais tardiamente gerou uma mistura de Línguas Indígenas formando a língua originária brasileira, que tem por base além das línguas indígenas, a portuguesa e a espanhola.

Hoje a luta desses povos é severa para tentar manter acesa a herança cultural deixada por seus antepassados. A Língua Materna é a principal busca entre as etnias dentro das aldeias, pois é importante continuarem seguindo os ensinamentos deixados pelos antigos e assim seguir repassando às próximas gerações. Além disso, é um modo de resistência que a sociedade atual indígena encontrou para preservar sua cultura, de geração para geração, não deixando que as influências não indígenas afetem a preservação da cultura.

Para Mattoso Câmara (1965), em relação à língua o etnocentrismo ainda é maior, porque a língua se integra no indivíduo e fica sendo o meio permanente do seu contato com o mundo extralinguístico, com o universo cultural que o envolve. Sem incentivos, muitas vezes a língua naturalmente pode morrer. Por conta do crescimento da globalização e do processo de entrada da cultura portuguesa na vida dos indígenas do Brasil, tem-se acelerado o processo de perda identitária indígena. No ensino escolar, se vê claramente este processo acontecer devido ao ensino de língua portuguesa, acesso à internet, televisão, uma inundação de tecnologias dentro da sua cultura, então o próprio indígena acaba por perder o incentivo pela expansão de sua cultura.

Nesta trajetória, encontramos diversos arpoadores indigenistas, como pesquisadores, professores, estudantes, antropólogos, linguistas etc., que lutam pela eternização dessa memória, reafirmando em dizer o quão maravilhosa é a cultura indígena. Podemos citar o escritor indígena Olívio Jekupé, do povo indígena guarani (2010), que saiu de sua comunidade, estudou e poderia ter esquecido de sua comunidade indígena guarani, mas preferiu usar este conhecimento para manter vigorosas lembranças de seu passado e presente no futuro em seus diversos escritos.

Baseado em sua obra *Conhecendo uma aldeia indígena*, o autor aborda o tema linguagem com relação à língua materna Guarani: “a língua é o mais forte traço de identidade Guarani. É pela oralidade que educam suas crianças” (JEKUPÉ, 2010, p. 28). Retomando que a Língua Materna indígena, seja ela guarani ou qualquer outra, é uma das marcas identitárias que caracterizam a riqueza e a heterogeneidade dos povos nativos. É com ela – a língua – também, que estes povos revelam, recordam e transmitem a sua cultura e os ensinamentos que os mais velhos passam aos mais novos e tudo para que se preservem tradições e visões de mundo às suas futuras gerações (JEKUPÉ, 2010). Nesse sentido, o escritor indígena, Daniel Munduruku (2000, p. 92) afirma: “O conhecimento na sociedade indígena é dominado pelos mais velhos. Mesmo que uma pessoa saiba todas as coisas sobre o seu povo, sobre a sua tradição, se houver alguém mais velho presente naquele espaço, é de direito que o mais velho responda o que lhe foi perguntado”.

No caso específico do guarani, apontamos que essa língua obteve um reconhecimento nacional, também, por ser falada por um maior número de não indígenas. Isso ocorre em países como Argentina, Paraguai, Bolívia e Brasil. No Paraguai, por exemplo, apenas 5% da população é indígena, acredita-se que por este fato a língua se divide em várias formas distintas de falar o guarani. Segundo o censo de 2010 do IBGE, atualmente o Brasil tem como território indígena 13% do país e conta com cerca de 896 mil habitantes na região, sendo que apenas 434 mil pessoas falam e preservam a sua Língua Materna, um número bastante reduzido e que vem diminuindo com o passar do tempo.

Devido a esse fato, alguns indígenas começaram a se preocupar com o sumiço de suas línguas maternas. Assim, apesar de sempre terem sido contra as escolas desde o momento da catequização pelos Jesuítas, pois acreditam que eles devem ter sua própria educação dentro das casas de reza, onde cada um é livre para entrar e sair, os indígenas perceberam que poderiam usar a instituição escolar a seu favor. Dessa forma, estes povos lutam para que todas as escolas

das aldeias tenham assegurado em seu currículo o ensino da Língua Materna para, assim, conseguirem que a escola passe a ser vista como um local para o resgate da identidade étnica e preservação da Língua Materna.

As práticas educativas que devem ser desenvolvidas em um espaço da comunidade indígena devem considerar a realidade na qual os alunos estão inseridos, haja vista que na Educação Escolar Indígena a comunidade e a escola fazem parte de um mesmo contexto de aprendizagem e não possuem a distinta função social como na realidade dos não indígenas, e a sua Língua Materna deve assegurar esse fortalecimento cultural.

Fruto dessas reivindicações, em 1996 a LDB normatizou e assegurou o ensino da Língua Materna em todas as escolas indígenas de acordo com cada etnia, conforme o fragmento a seguir: “Cada povo tem o direito constitucional de utilizar sua Língua Materna indígena na escola, isto é, no processo educativo oral e escrito, de todos os conteúdos curriculares, assim como no desenvolvimento e reelaboração dinâmica do conhecimento de sua língua” (BRASIL, 1996). Estabelece no artigo 78 da LDB e garante o respeito às culturas, bem como formação aos professores:

Art. 78. O Sistema de Ensino da União, com a colaboração das agências federais de fomento à cultura e de assistência aos índios, desenvolverá programas integrados de ensino e pesquisa, para oferta de educação escolar bilingüe e intercultural aos povos indígenas, com os seguintes objetivos:

I - proporcionar aos índios, suas comunidades e povos, a recuperação de suas memórias históricas; a reafirmação de suas identidades étnicas; a valorização de suas línguas e ciências;

II - garantir aos índios, suas comunidades e povos, o acesso às informações, conhecimentos técnicos e científicos da sociedade nacional e demais sociedades indígenas e não-índias.

Porém, atualmente, poucos são os profissionais com formação acadêmica específica dentro das aldeias que possam ministrar essas aulas. Outro fator é a necessidade de materiais diferenciados, que não são ofertados pelos núcleos de educação. Dessa maneira, cada um desses profissionais tem de providenciar o seu próprio material se quiser ministrar suas aulas. A lei também garante que: “Cada povo tem o direito de aprender na escola o português como segunda língua em suas modalidades oral e escrita, em seus vários registros – formal, coloquial, etc.” (BRASIL, 1996, p. 24). Contudo, não se pode esquecer que a língua portuguesa deve ser atribuída somente como segunda língua e nunca como primeira, como já tem acontecido em

inúmeras escolas de aldeia, pois segundo Grupioni (2006, p. 44), este bilinguismo tem o intuito de valorizar a cultura predominante.

Destaca Ribeiro (2019) que, hoje, a escola indígena conta com respaldo legal que lhe garante um tratamento diferenciado e próprio. Envolve em seus programas os acontecimentos e as festividades que são típicas da comunidade, oferta uma educação de modo a fortalecer a sua identidade, a valorização das línguas indígenas, da ciência e o acesso às informações e aos conhecimentos técnicos e científicos da sociedade nacional e demais sociedades indígenas e não indígenas.

O autor ainda defende que a presença das instituições de ensino nos aldeamentos indígenas se inicia pela necessidade de inserir e reproduzir, de modo igualitário, as relações de trabalho aos indígenas nas comunidades fora do aldeamento, sendo, também, um meio de se apropriar do saber científico e dos conhecimentos multiculturais dos não indígenas, ressaltando e promovendo o multiculturalismo nas muitas relações sociais, pois é na escola que o aluno indígena fortalece sua língua materna e aprimora a sua segunda língua, que é o português, aprende os costumes do não indígena, podendo, assim, se inserir no mercado de trabalho e compreender os hábitos das demais culturas (RIBEIRO, 2019).

Ainda, segundo o RCNEI, o bilinguismo é indispensável, pois através de sua língua se manifestam culturalmente, também trabalhar a interculturalidade nas escolas, ensinando aos alunos a respeitarem outras culturas, bem como devem respeito à sua (BRASIL, 1998, p. 24-25). Dessa forma, ainda que uma língua seja a mais prestigiada e com o maior número de falantes, ela jamais poderá existir sozinha, sem que haja uma referência ou “empréstimos”, pois quanto maior este número mais pessoas irão falá-la e mais inesquecível ela se tornará, como afirma David Crystal: “As línguas não existem isoladas, sem contato com outras, sendo que aquelas com mais prestígio internacional, decorrente principalmente do poder econômico de seus falantes, exercem mais influências que outras” (CRYSTAL, 2005, p.62).

A língua materna não é só a língua mãe, ela é um dado biográfico, que faz parte da nossa história. Por mais que aprendamos outras línguas, é por ela que aprendemos a amar e recebemos os primeiros ensinamentos, é por ela que vemos o mundo. Neste caso, tem-se uma sociedade que durante milênios conheceu uma região, viveu sobre ela, viveu experiências pessoais de comunidade, de relacionamento humano e social e construiu para isso uma maneira de expressão, que é a língua. Essas sociedades trouxeram ensinamentos que perduram até os

tempos atuais, como a domesticação da maior parte das plantas que hoje movem o mundo, e esse fato se tem por conta do aprendizado da língua materna indígena.

Quando muitos não têm o conhecimento de que a maior parte das palavras, nomes de ruas, cidades e comidas tradicionais são palavras do cotidiano, de origem indígena, como por exemplo o nome que leva as cidades de Jacareí e Jundiaí, e alimentos como a tapioca, paçoca e vários outros. Língua e sabedoria andam juntos, e é com essa língua que se aprende que não podemos ser soberanos à natureza.

Enquanto patrimônio cultural e identitário de cada povo, nenhuma língua falada no mundo poderia ter sido apagada, ainda que tenha um número pequeno de falantes, pois todas elas possuem características específicas e são portadoras de recordações e ensinamentos. Em sua maioria as línguas esquecidas são as indígenas, devido a inúmeros fatores, principalmente pela imposição de línguas por parte dos colonizadores. Em certo ponto, quando se tornou insustentável controlar a extinção de algumas dessas, as questões da linguagem se tornaram Patrimônio Imaterial da UNESCO (2003, p. 03), onde diz-se que:

1. Entende-se por “patrimônio cultural imaterial” as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas - junto com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhes são associados - que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural. Este patrimônio cultural imaterial, que se transmite de geração em geração, é constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função de seu ambiente, de sua interação com a natureza e de sua história, gerando um sentimento de identidade e continuidade e contribuindo assim para promover o respeito à diversidade cultural e à criatividade humana. Para os fins da presente Convenção, será levado em conta apenas o patrimônio cultural imaterial que seja compatível com os instrumentos internacionais de direitos humanos existentes e com os imperativos de respeito mútuo entre comunidades, grupos e indivíduos, e do desenvolvimento sustentável.
2. O “patrimônio cultural imaterial”, conforme definido no parágrafo 1 acima, se manifesta em particular nos seguintes campos:
 - a) tradições e expressões orais, incluindo o idioma como veículo do patrimônio cultural imaterial;
 - b) expressões artísticas;
 - c) práticas sociais, rituais e atos festivos;
 - d) conhecimentos e práticas relacionados à natureza e ao universo;
 - e) técnicas artesanais tradicionais.

Nesse cenário, a língua é vista como a memorização dos traços culturais daquela etnia e tudo o que foi elaborado para sua criação, toda sua estrutura e base linguística. Ao desaparecer uma língua, também com ela se vai tudo o que foi construído até então, ocorre o rompimento

de uma história e parte da sua cultura é levada ao esquecimento. A morte de uma língua pode ser considerada uma tragédia, pois com ela também morre toda a história vivenciada por aquele povo. Por este fato, foi de suma importância as questões de linguagem entrarem para o Patrimônio imaterial, como concorda Laraia (2004). Para o pesquisador, este registro é positivo e mostra que a partir deste momento é de responsabilidade também do governo preservar as línguas existentes e fazer com que as que foram “abandonadas” retornem, não só como língua falada, mas como história, “sem com isto assumir o papel de intervenção no processo criativo espontâneo da sociedade” (Laraia, 2004, p. 18).

Para que uma língua seja considerada viva, ela precisa ser utilizada dentro da comunidade. É de costume dentro de suas casas, entre si, conversarem em guarani, mas quando chegam ao ambiente escolar encontram professores e profissionais da área que apenas falam o português e, aos poucos, sem ao menos perceber, ocorre o deslocamento linguístico cultural. Mas segundo o RCNEI:

Se a comunidade tiver claro que cada língua tem o seu território, o seu domínio, e se ela mantiver cada língua em seu lugar específico, então a tendência é que seus membros permaneçam bilíngues. O problema, no entanto, é que devido à pressão social contra o uso das línguas indígenas, seus falantes passam a utilizar a língua portuguesa em ambientes que tradicionalmente não lhe pertencem (BRASIL, 1998, p.118).

Entende-se que todas as comunidades linguísticas, principalmente as subalternizadas, como os povos indígenas, devem lutar por meio da educação para ter o lugar que lhes foi negado ao longo de sua trajetória desde a colonização, buscando retirar todo o preconceito racial e étnico envolvido, tornando uma cultura valorizada e que assim seja vista pela sociedade em geral, bem como a deixada pelos portugueses aos brancos. Confirma Todorov (2009), quando diz que temos que preservar viva a memória do passado, não para que seja feita uma reparação no erro cometido, mas para que sirva de alerta para futuros danos sofridos. Conforme o pesquisador, “em nome deste passado não se deve atuar em menor medida sobre o presente” (TODOROV, 2009, p.58).

A preservação da língua indígena guarani difere em aspectos culturais relevantes para a sociedade. Eles buscam constantemente a valorização tanto de sua língua, que no país vizinho é uma língua oficial, quando pela questão cultural, que deve ser valorizada como a principal, pois como a própria história conta, o Brasil já era habitado pelos mesmos e sendo assim já havia culturas e linguagens predominantes, que lhes foram roubadas, sem alternativas de escape. Hoje luta-se então pela eternização constante desta memória na qual a língua é o início de tudo.

Todo passado é regido pela eternização da memória, nela está presente a oralidade que nos leva a um retorno no tempo e está diretamente ligada ao presente. Para a cultura Guarani, eles só podem confirmar quem são, a partir dos contos dos que foram seus antepassados, ou seja, é uma via que estará sempre interligada, presente ao passado, como afirma Baptista (2018, p. 20-21): “A base do verdadeiro diálogo entre os povos está, sem dúvidas, no passado que eles compartilham, bem como no futuro que sonham. E esse passado inclui os antigos relatos da terra, os mitos e mistérios”. Toda língua representa uma vida, alma e representatividade de um determinado povo, sem essa não haveria existência humana. Essa tradição vem tentando ser passada entre as gerações pelos indígenas e aos poucos está se perdendo, pois os anciãos estão morrendo e são poucos os jovens que querem continuar seguindo essa tradição e, principalmente, falando essa língua tão diferente da sociedade atual.

Ao se dar conta de que ao manter a Língua Materna viva dentro das aldeias recupera-se o tempo vivido pelos antepassados e dá-se continuidade à identidade do povo, aos poucos as alternativas são moldadas para que, em conjunto com as transformações sociais e tecnológicas, sejam implantadas as didáticas culturais, reinventando formas de preservar a cultura, associando com a inevitável mudança de vida humana, seguindo em uma constante luta pelas tradições e memorizações.

Considerações finais

Com base no estudo apresentado, os indígenas têm buscado diferentes formas de se adequarem à realidade atual sem deixar de manter sua Língua Materna, utilizando como meio de auxílio as novas tecnologias para que essas linguagens sejam preservadas e lembradas como parte da história e eternização da memória, não somente indígena, bem como a história da constituição humana brasileira.

A luta constante pelo predomínio da língua indígena dentro das comunidades persiste e tende a crescer cada dia mais, com o apoio dos não indígenas que estão dedicados a este ofício, mostrando aos povos indígenas que sua língua e cultura é valorizada, e também fazemos parte dela, mesmo que distantes, todos temos sangue indígena correndo nas veias. E, assim, busca-se torná-la uma memória honrosa, transformando-a em língua oficial do país, bem como já se tem feito em outros.

Valorizar as culturas indígenas é despertar um enriquecimento na herança do Brasil, sendo primordial para a existência humana, é reconhecer que, antes da coroa, espelho, joias e

roupas, existia uma cultura baseada em tradições familiares, como as danças, uso de cocar, a fabricação das próprias “joias” com pedaços de natureza, também pela espiritualidade e uma linguagem que jamais poderá ser esquecida e que podemos cada vez mais fazer parte desta vivência.

Assim, destacamos a importância do fortalecimento das línguas indígenas como patrimônio cultural brasileiro. A formação dos aspectos socioculturais que formam nossas culturas deve ser protegida pelos órgãos públicos, e assegurado o direito em defesa dos povos originários de manter suas alteridades culturais, cotidianas, alimentícias, medicinais, artesanais, linguísticas, educacionais e espirituais.

Referências bibliográficas

BAPTISTA, Josely Viana. **Roça Barroca**. São Paulo. Editora SESI-SP; 1ª edição. 2018, p. 20-21.

BRASIL. Ministério de Educação e do Desporto / Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas**. Brasília: MEC/SEF, 1998, p. 24-25, 118-120.

BRASIL. Ministério da Educação e Desporto. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília: Congresso Nacional, 1996

CÂMARA Jr., J.M. **Introdução às Línguas Indígenas Brasileiras**. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1965.

CRYSTAL, David. **A revolução da linguagem**. Tradução Ricardo Quintana. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 2005

GARCIA, Elisa Frühauf. **O projeto pombalino de imposição da língua portuguesa aos índios e a sua aplicação na América meridional**. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/tem/v12n23/v12n23a03> Acesso em: 20 de jul.2021.

GRUPIONI, Luís Donisete. Benzi. Contextualizando o campo da formação de professores indígenas no Brasil. IN. (Org). **Formação de professores indígenas: repensando trajetórias**. Brasília: MEC/SEC/AD, 2006, p.44.

IBGE. **Os indígenas no censo demográfico**. Primeiras considerações com base no requisito cor e raça, 2010. Disponível em: <https://ww2.ibge.gov.br/indigenas/indigena_censo2010.pdf>. Acesso em: 01 ago 2021.

JEKUPÉ, Olívio. **Tekoa conhecendo uma aldeia indígena**. São Paulo. Global editora, 2010.

LARAIA, Roque de Barros. Patrimônio imaterial: conceitos e implicações. In: TEIXEIRA, João Gabriel L. C.; GARCIA, Marcus Vinícius Carvalho; GUSMÃO, Rita. **Patrimônio imaterial, performance cultural e (re)tradicionalização**. Brasília: ICS-UnB, 2004.

MAHER, T. de J. Machado. Políticas linguísticas e políticas de identidade: Currículo e representações de professores indígenas na Amazônia Ocidental Brasileira. **Currículo sem Fronteiras**, v. 10, n. 1, p. 33-48, Jan./Jun. 2010, p.177.

MUNDURUKU, Daniel. **Coisas de Índio**. São Paulo: Callis Editora, 2000, p. 92.

RIBEIRO, R. G. T. Práticas educativas de matemática implementadas no Ensino médio em um colégio estadual indígena Guarani. 104 p. **Dissertação (Mestrado)** do Programa de Pós-graduação em Ensino, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Foz do Iguaçu, Brasil (2019).

RIBEIRO, R. G. T.; MACHADO, S. R. A. ; MELO, M. S. ; TRIVIZOLI, L. M. . O ensino de matemática por meio de estudos Etnobotânicos em uma comunidade indígena Guarani. **Revista Valore**, v. 6, p. 1853-1871, 2021.

RODRIGUES, A. Aspectos da história das línguas indígenas da Amazônia. In: SIMÕES, M. do S. (Org.). **Sob o signo do Xingu**. 1. ed., v. 1, Belém, PA: UFPA, IFNOPAP, 2003.

SANTIAGO, Silviano. **Uma literatura nos trópicos**. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.

TODOROV, Tzvetan. **A literatura em perigo**/ Tzvetan Todorov; tradução Caio Meira – Rio de Janeiro: DIFEL, 2009, p. 58.

UNESCO. **Vitalidad y peligro de desaparición de las lenguas**. París, 10–12 de marzo de 2003a. UNESCO. Convenção para o Salva-guarda do Patrimônio Cultural Imaterial da UNESCO. Paris, 17 de outubro de 2003.